

CLEBER
MASSON

16^a
edição

revista e
atualizada

DIREITO PENAL

PARTE GERAL (ARTS. 1º A 120)




EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.12.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M372d
16. ed.
v. 1

Masson, Cleber

Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120) / Cleber Masson. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

936 ; 23 cm. (Direito penal ; 1)

ISBN 978-65-596-4257-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título. II. Série

21-74523

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	3
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito	3
1.3. Nomenclatura	3
1.4. Características do Direito Penal	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal.....	10
1.8. A ciência do Direito Penal	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10
1.8.3. Política criminal.....	11

1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia	12
1.9.	Divisões do Direito Penal	12
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário	12
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	13
1.9.7.	Direito Penal objetivo	13
1.9.8.	Direito Penal subjetivo	13
1.9.9.	Direito Penal material.....	13
1.9.10.	Direito Penal formal	13
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento	14
1.10.3.1.	Constituição Federal	14
1.10.3.2.	Jurisprudência	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	16
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....	16
1.10.3.5.	Costumes.....	17
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	18
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública	18

CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL..... 19

2.1.	Conceito	19
2.2.	Princípios em espécie.....	19
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade	19
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....	21
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	22
2.2.2.	Princípio da anterioridade	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	25
2.2.3.1.	Introdução.....	25
2.2.3.2.	Finalidade.....	25
2.2.3.3.	Natureza jurídica	26

2.2.3.4.	Requisitos.....	26
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	31
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo.....	41
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado.....	41
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	42
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....	42
2.2.4.	Princípio da individualização da pena.....	43
2.2.5.	Princípio da alteridade.....	44
2.2.6.	Princípio da confiança.....	44
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	45
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	45
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	46
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade.....	47
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade.....	48
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	50
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	51
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	51
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal.....	52
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	52
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	53
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	53
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	53
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva.....	53
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	54
2.2.18.	Princípio da isonomia.....	57

CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL..... 59

3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	59
3.1.1.	Introdução.....	59
3.1.2.	Vingança divina.....	59
3.1.3.	Vingança privada.....	60
3.1.4.	Vingança pública.....	61
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano.....	62

3.2.1.	Direito Penal grego	62
3.2.2.	Direito Penal romano	62
3.3.	Idade Média	63
3.3.1.	Direito Penal germânico	63
3.3.2.	Direito Penal canônico	64
3.4.	Idade Moderna	66
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria	66
CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO		69
4.1.	Período Colonial	69
4.2.	Código Criminal do Império	70
4.3.	Período Republicano	71
CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS		73
5.1.	Escola Clássica	73
5.2.	Escola Positiva	74
5.3.	Correcionalismo Penal	75
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal	76
5.5.	A defesa social	77
CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL		81
6.1.	Positivismo jurídico	81
6.2.	Neokantismo penal	82
6.3.	Garantismo penal	82
6.4.	Funcionalismo penal	83
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique	84
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn	85
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna	86
6.5.1.	Introdução	86
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção	88
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal	91
6.5.4.	Direito Penal do inimigo	92
6.5.4.1.	Noções preliminares	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo	94
6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal	96

6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	97
--------	--	----

CAPÍTULO 7 – LEI PENAL..... 99

7.1.	Introdução.....	99
7.2.	Classificação.....	100
7.3.	Características da lei penal.....	101
7.4.	Lei penal em branco.....	101
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco.....	102
7.5.	Interpretação da lei penal.....	103
7.5.1.	Introdução.....	103
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	104
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	104
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva.....	105
7.5.5.	Interpretação progressiva.....	105
7.5.6.	Interpretação analógica.....	106
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica.....	106
7.6.	Analogia.....	106
7.6.1.	Introdução.....	106
7.6.2.	Espécies.....	107
7.7.	Lei penal no tempo.....	108
7.7.1.	Introdução.....	108
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	108
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	109
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i>	109
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	110
7.7.2.4.	Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>).....	114
7.7.2.5.	Lei penal intermediária.....	116
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional.....	116
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo.....	117
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	119
7.8.1.	Conceito.....	119
7.8.2.	Requisitos.....	119
7.8.3.	Localização no Direito Penal.....	120
7.8.4.	Finalidade.....	120
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	121
7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....	121

7.8.7.	Princípios para solução do conflito	122
7.8.7.1.	Princípio da especialidade	122
7.8.7.2	Princípio da subsidiariedade	124
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção	126
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade	131
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	132
7.9.	Tempo do crime.....	133
7.10.	Lei penal no espaço	135
7.10.1.	Introdução.....	135
7.10.2.	Princípio da territorialidade	135
7.10.2.1.	Conceito de território.....	135
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	136
7.10.3.	Outros princípios.....	137
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade.	137
7.10.3.2.	Princípio do domicílio	137
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção	138
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	138
7.10.3.5.	Princípio da representação	138
7.11.	Lugar do crime.....	139
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses ...	139
7.12.	Extraterritorialidade	140
7.12.1.	Introdução.....	140
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada	141
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i>	141
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	142
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada	142
7.13.	Lei penal em relação às pessoas	143
7.13.1.	Introdução.....	143
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	143
7.13.3.	Imunidades parlamentares.....	144
7.13.3.1.	Alocação.....	144
7.13.3.2.	Introdução.....	144
7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	145
7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade	145
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	148

7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade	151
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade	152
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio	152
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal	153
7.14.1.	Introdução	153
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira	153
7.14.3.	Contagem de prazo	154
7.14.4.	Frações não computáveis da pena	156
7.14.5.	Legislação especial	157

PARTE II

TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	161
8.1. Conceito de crime	161
8.1.1. Critério material ou substancial	161
8.1.2. Critério legal	162
8.1.2.1. Crime e contravenção penal: outras distinções...	163
8.1.2.2. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas	164
8.1.3. Critério analítico	166
8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal	167
8.2. Ilícito penal e outros ilícitos	168
8.3. Sujeitos do crime	169
8.3.1. Sujeito ativo	169
8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	169
8.3.2. Sujeito passivo	173
8.4. Objeto do crime	174
CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	175
9.1. Introdução	175
9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	175
9.1.2. Crimes simples e complexos	176
9.1.2.1. Crime ultracomplexo (ou supercomplexo)	177
9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta	177
9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo	178

9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	179
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	179
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	180
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	180
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista	181
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	183
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos	183
9.1.12.	Crimes principais e acessórios.....	183
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	184
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	184
9.1.15.	Crimes independentes e conexos	184
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados	185
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	185
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	185
9.1.19.	Outras classificações.....	186
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	186
9.1.19.2.	Crime de ímpeto	186
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	186
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	187
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento	187
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra	187
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	187
9.1.19.8.	Crime vago	187
9.1.19.9.	Crime internacional	187
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição	187
9.1.19.11.	Crime inominado	188
9.1.19.12.	Crime habitual	188
9.1.19.13.	Crime profissional	188
9.1.19.14.	Quase crime	188
9.1.19.15.	Crime subsidiário	188
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	188
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	189
9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente	189
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal.....	189

9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	189
9.1.19.21.	Crime de ação violenta	189
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa	189
9.1.19.23.	Crime falho	189
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	190
9.1.19.25.	Crime remetido	190
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	190
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	190
9.1.19.28.	Crime progressivo	190
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	190
9.1.19.30.	Crimes de impressão	191
9.1.19.31.	Crimes militares.....	191
9.1.19.32.	Crimes falimentares	193
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i>	193
9.1.19.34.	Crimes parcelares	193
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica	193
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul	193
9.1.19.37.	Crime liliputiano	194
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	194
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo	195
9.1.19.40.	Crimes de olvido	195
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	195
9.1.19.42.	Crime achado.....	195
9.1.19.43.	Crime de clima	195

CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO 197

10.1.	Introdução.....	197
10.2.	Conduta.....	198
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....	198
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	200
10.2.3.	Teoria cibernética	201
10.2.4.	Teoria social.....	202
10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	202
10.2.6.	Teoria da ação significativa	203
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	204

10.2.8.	Formas de conduta.....	205
10.2.9.	Teorias acerca da omissão	206
10.2.10.	Caracteres da conduta	206
10.2.11.	Exclusão da conduta	207
10.3.	Resultado	208
10.3.1.	Conceito	208
10.3.2.	Denominação	208
10.3.3.	Espécies	208
10.4.	Relação de causalidade ou nexa causal.....	209
10.4.1.	Denominação	209
10.4.2.	Dispositivo legal.....	209
10.4.3.	Conceito	209
10.4.4.	Âmbito de aplicação	210
10.4.5.	Teorias.....	210
10.4.5.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	211
10.4.6.	Concausas.....	212
10.4.6.1.	Introdução.....	212
10.4.6.2.	Causas dependentes e independentes.....	212
10.4.7.	Relevância da omissão.....	216
10.4.7.1.	Conceito e alcance	216
10.4.7.2.	Teoria adotada.....	217
10.4.7.3.	Dever de agir: critérios existentes para sua definição.....	217
10.4.7.4.	Poder de agir.....	218
10.4.7.5.	Hipóteses de dever de agir	218
10.4.8.	A questão da dupla causalidade	220
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva	221
10.4.9.1.	Evolução histórica	221
10.4.9.2.	Introdução.....	221
10.4.9.3.	Conceito e análise dos pressupostos.....	223
10.4.9.4.	A imputação objetiva para Jakobs e Roxin	226
10.4.9.5.	Conclusões.....	227
10.4.9.6.	Direito Penal Quântico.....	227
10.4.10.	Teoria da condição mínima.....	228
10.5.	Tipicidade.....	229
10.5.1.	Conceito	229
10.5.2.	Evolução doutrinária.....	229
10.5.2.1.	Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal	230

10.5.3.	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	231
10.5.4.	Teoria da tipicidade conglobante.....	231
10.5.5.	Adequação típica: conceito e espécies	232
CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO		235
11.1.	Conceito	235
11.2.	Espécies.....	235
11.3.	Tipo legal	235
11.4.	Funções do tipo legal.....	235
11.4.1.	Função de garantia.....	236
11.4.2.	Função fundamentadora	236
11.4.3.	Função indiciária da ilicitude.....	236
11.4.4.	Função diferenciadora do erro	237
11.4.5.	Função seletiva.....	237
11.5.	Estrutura do tipo legal.....	237
11.5.1.	Elementos modais.....	239
11.6.	Classificação doutrinária do tipo legal	239
11.6.1.	Tipo normal e tipo anormal	239
11.6.2.	Tipo fundamental e tipo derivado	239
11.6.3.	Tipo fechado e tipo aberto.....	240
11.6.4.	Tipo de autor e tipo de fato.....	240
11.6.5.	Tipo simples e tipo misto	240
11.6.6.	Tipo congruente e tipo incongruente.....	241
11.6.7.	Tipo complexo	241
11.6.8.	Tipo preventivo.....	241
CAPÍTULO 12 – CRIME DOLOSO		243
12.1.	Introdução.....	243
12.2.	Teorias do dolo	243
12.2.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	243
12.3.	Elementos do dolo.....	244
12.4.	Dolo natural e dolo normativo.....	245
12.5.	Espécies de dolo.....	245
12.5.1.	Dolo direto e dolo indireto	245
12.5.1.1.	Dolo eventual e os crimes de trânsito	247
12.5.2.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	248
12.5.3.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino)	248
12.5.4.	Dolo genérico e dolo específico.....	249

12.5.5.	Dolo presumido.....	249
12.5.6.	Dolo de dano e dolo de perigo.....	249
12.5.7.	Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau.....	250
12.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	250
12.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	251
12.5.10.	Dolo abandonado.....	251
12.5.11.	Dolo unitário ou global.....	252
12.6.	O dolo nas contravenções penais.....	252
12.7.	Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....	253
12.8.	Dolo sem vontade.....	253

CAPÍTULO 13 – CRIME CULPOSO 255

13.1.	Introdução.....	255
13.2.	Fundamento da punibilidade da culpa.....	255
13.3.	Conceito de crime culposo.....	256
13.4.	Elementos do crime culposo.....	256
13.4.1.	Conduta voluntária.....	257
13.4.2.	Violação do dever objetivo de cuidado.....	257
13.4.2.1.	Apontamentos gerais.....	257
13.4.2.2.	Modalidades de culpa.....	258
13.4.3.	Resultado naturalístico involuntário.....	260
13.4.4.	Nexo causal.....	260
13.4.5.	Tipicidade.....	261
13.4.6.	Previsibilidade objetiva.....	261
13.4.7.	Ausência de previsão.....	262
13.5.	Espécies de culpa.....	262
13.5.1.	Culpa inconsciente e culpa consciente.....	262
13.5.2.	Culpa própria e culpa imprópria.....	263
13.5.3.	Culpa mediata ou indireta.....	264
13.5.4.	Culpa presumida.....	264
13.6.	Graus de culpa.....	265
13.7.	Compensação de culpas.....	266
13.8.	Concorrência de culpas.....	266
13.9.	Caráter excepcional do crime culposo.....	266
13.10.	Exclusão da culpa.....	267

CAPÍTULO 14 – CRIME PRETERDOLOSO 269

14.1.	Conceito.....	269
14.2.	Relação entre dolo e culpa.....	269

14.3. <i>Versari in re illicita</i>	270
14.4. Crimes qualificados pelo resultado	270
CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO	273
15.1. Introdução	273
15.2. Previsão legal	273
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento	273
15.4. Conceito	274
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios	274
15.5. Espécies	274
15.6. Efeitos	275
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo	275
15.8. Discriminantes putativas	275
15.9. Erro determinado por terceiro	278
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas	278
15.10. Erro de tipo acidental	279
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i>	279
15.10.2. Erro sobre o objeto	279
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras	280
15.10.4. Erro sobre onexo causal ou <i>aberratio causae</i>	280
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i>	281
15.10.5.1. Espécies de erro na execução	282
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>	282
15.10.6.1. Espécies	283
15.11. Gráfico conclusivo	283
CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS	285
16.1. Conceito	285
16.2. Fase interna: cogitação	285
16.3. Fase externa	286
16.3.1. Preparação	286
16.3.2. Execução	287
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios	287
16.3.4. Consumação	289
16.4. O exaurimento	290
CAPÍTULO 17 – TENTATIVA	291
17.1. Dispositivo legal	291
17.2. Conceito	291

17.3. Denominação.....	291
17.4. Elementos.....	291
17.5. Natureza jurídica.....	292
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa	292
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal.....	293
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	293
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais..	294
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar	294
17.10. Espécies de tentativa	294
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta	295
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha	295
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	295
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	295
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto	295
17.12. Tentativa e dolo eventual	296
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	297
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada.....	300

CAPÍTULO 18 – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ..... 301

18.1. Dispositivo legal.....	301
18.2. Distinção com a tentativa	301
18.3. Fundamento.....	301
18.4. Natureza jurídica.....	302
18.5. Desistência voluntária.....	302
18.6. Arrependimento eficaz.....	303
18.7. Requisitos	303
18.8. Motivos	304
18.9. Efeito.....	304
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	304
18.11. Adiamento da prática do crime.....	304
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.	305
18.13. Tentativa qualificada.....	305
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	306

CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR..... 307

19.1. Conceito	307
19.2. Alocação do instituto.....	307

19.3. Natureza jurídica.....	307
19.4. Extensão do benefício.....	308
19.5. Fundamentos	308
19.6. Requisitos	308
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas	310
19.8. Critério para redução da pena.....	310
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	311
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....	311
19.10.1. Peculato culposo	311
19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....	311
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária.....	312
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....	312

CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL..... 313

20.1. Conceito	313
20.2. Natureza jurídica.....	313
20.3. Teorias sobre o crime impossível	314
20.4. Espécies de crime impossível	315
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta	316
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível	316
20.7. Crime putativo e crime impossível	317
20.7.1. Conceito de crime putativo	317
20.7.2. Espécies de crime putativo	317
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo	319

CAPÍTULO 21 – ILICITUDE..... 321

21.1. Conceito	321
21.2. Ilícitude formal e ilícitude material.....	321
21.3. Concepção unitária	321
21.4. Terminologia.....	322
21.5. Ilícito e injusto	323
21.6. Ilícitude genérica e ilícitude específica	323
21.7. Ilícitude objetiva e ilícitude subjetiva	324
21.8. Ilícitude penal e ilícitude extrapenal.....	324
21.9. Causas de exclusão da ilicitude.....	324
21.9.1. Introdução.....	324
21.9.2. Nomenclatura	325

21.9.3.	Previsão legal.....	325
21.9.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	326
21.9.5.	Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais	327
21.9.5.1.	Prisão provisória e causas de exclusão da ilicitude	327
21.9.6.	Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	328
21.9.6.1.	Consentimento do ofendido.....	329
21.9.7.	Descriminante em branco (ou excludente da ilicitude em branco).....	332
21.9.8.	Visão geral	333

CAPÍTULO 22 – ESTADO DE NECESSIDADE 335

22.1.	Dispositivo legal.....	335
22.2.	Conceito	335
22.3.	Natureza jurídica.....	335
22.4.	Teorias.....	336
22.5.	Requisitos	337
22.5.1.	Situação de necessidade.....	338
22.5.1.1.	Perigo atual.....	338
22.5.1.2.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	338
22.5.1.3.	Ameaça a direito próprio ou alheio	340
22.5.1.4.	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	340
22.5.2.	Fato necessitado.....	341
22.5.2.1.	Inevitabilidade do perigo por outro modo	341
22.5.2.2.	Proporcionalidade.....	342
22.6.	Causa de diminuição da pena.....	342
22.7.	Espécies de estado de necessidade	342
22.7.1.	Quanto ao bem sacrificado.....	342
22.7.2.	Quanto à titularidade do bem jurídico preservado	343
22.7.3.	Quanto à origem da situação de perigo	343
22.7.4.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente	343
22.8.	Estado de necessidade recíproco	343
22.9.	Casos específicos de estado de necessidade	344
22.10.	Comunicabilidade do estado de necessidade	344
22.11.	Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais.....	344
22.12.	Estado de necessidade e erro na execução	345
22.13.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas	345

CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA	347
23.1. Fundamento	347
23.2. Dispositivo legal.....	347
23.3. Natureza jurídica e conceito.....	348
23.4. Requisitos legais	348
23.4.1. Agressão injusta	348
23.4.2. Agressão atual ou iminente	349
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio.....	350
23.4.4. Reação com os meios necessários.....	350
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários.....	351
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime	352
23.6. Legítima defesa e vingança.....	353
23.7. Desafio e legítima defesa.....	353
23.8. Espécies de legítima defesa.....	353
23.8.1. Quanto à forma de reação.....	353
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido.....	354
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende.....	354
23.8.4. Legítima defesa da honra.....	354
23.8.5. Legítima defesa presumida	357
23.8.6. Legítima defesa sucessiva.....	357
23.9. Legítima defesa contra a multidão	357
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	357
23.11. Legítima defesa nas relações familiares.....	358
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	358
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido.....	358
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa.....	359
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade	359
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade...	359
23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade....	361
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção	361
 CAPÍTULO 24 – ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL.....	 363
24.1. Dispositivo legal.....	363
24.2. Natureza jurídica.....	363
24.3. Conceito	363
24.4. Fundamento.....	363
24.5. Dever legal	364
24.6. Destinatários da excludente.....	364

24.7. Limites da excludente	365
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos	365
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude	365
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado	365
CAPÍTULO 25 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	367
25.1. Dispositivo legal	367
25.2. Natureza jurídica	367
25.3. Conceito	367
25.4. Limites da excludente	368
25.5. Costumes	368
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito	369
25.7. Lesões em atividades esportivas	369
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas	369
25.9. Ofendículas	370
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade	371
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas	371
CAPÍTULO 26 - EXCESSO	373
26.1. Introdução	373
26.2. Dispositivo legal e alcance	373
26.3. Conceito	374
26.4. Espécies	374
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante	374
26.4.2. Intensivo e extensivo	375
26.5. Legítima defesa e excesso	375
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso	376
CAPÍTULO 27 - CULPABILIDADE	379
27.1. Introdução	379
27.2. Conceito	380
27.3. Culpabilidade pelo fato	380
27.4. Fundamento da culpabilidade	380
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade	380
27.5.1. Teoria psicológica	380
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa	382

27.5.3. Teoria normativa pura.....	383
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal.....	384
27.7. Teoria funcional da culpabilidade.....	385
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade.....	385
27.9. Cculpabilidade.....	385
27.9.1. Cculpabilidade às avessas.....	386
27.10. Cculpabilidade formal e culpabilidade material.....	387
27.11. Graus de culpabilidade.....	387
27.12. Dirimentes.....	388

CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL 389

28.1. Introdução.....	389
28.2. Conceito.....	389
28.3. Momento para constatação da imputabilidade.....	390
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	390
28.5. Causas de inimputabilidade.....	391
28.6. Menoridade.....	391
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	391
28.6.2. Redução da maioridade penal.....	392
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal.....	392
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares.....	392
28.7. Inimputabilidade por doença mental.....	393
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez.....	393
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....	393
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	393
28.10. A perícia médica.....	394
28.11. Efeitos da inimputabilidade.....	396
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	396
28.12.1. Dispositivo legal.....	396
28.12.2. Nomenclatura.....	396
28.12.3. Conceito.....	397
28.12.4. Sistema adotado.....	397
28.12.5. Natureza jurídica.....	397
28.12.6. Efeitos.....	398
28.13. Emoção e paixão.....	399
28.13.1. Apontamento histórico.....	399
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal.....	399

28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções.....	399
28.13.4. Efeitos	400
28.13.5. Emoção e paixão patológicas	400
28.13.6. Espécies	400
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....	400
28.13.8. A questão do homicídio passional.....	401
28.14. Embriaguez	402
28.14.1. Conceito	402
28.14.2. Denominação	402
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..	402
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....	402
28.14.5. Espécies de embriaguez.....	403
28.14.5.1. Quanto à intensidade.....	403
28.14.5.2. Quanto à origem	403
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança	404
28.14.7. Prova da embriaguez	404
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro	404
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	408

CAPÍTULO 29 – POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE 413

29.1. Introdução.....	413
29.2. Evolução	413
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	414
29.4. Exclusão.....	415
29.4.1. Erro de proibição.....	415
29.4.1.1. Introdução.....	415
29.4.1.2. Desconhecimento da lei (<i>ignorantia legis</i>).....	415
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição	416
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável.....	416
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição.....	417
29.4.1.6. Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	418
29.4.1.7. Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	419
29.4.1.8. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição...	419
29.4.1.9. O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato	419

CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	421
30.1. Conceito	421
30.2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	421
30.2.1. Origem histórica.....	421
30.2.2. Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	422
30.3. Coação moral irresistível.....	423
30.3.1. Dispositivo legal e incidência.....	423
30.3.2. Fundamento.....	423
30.3.3. Requisitos	424
30.3.4. Efeitos	424
30.3.5. Temor reverencial.....	425
30.4. Obediência hierárquica.....	425
30.4.1. Dispositivo legal.....	425
30.4.2. Conceito	425
30.4.3. Fundamentos	426
30.4.4. Requisitos.....	426
30.4.5. Efeitos	427
 CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS	 429
31.1. Tratamento legislativo.....	429
31.2. Denominação.....	429
31.3. Conceito	429
31.4. Requisitos	429
31.4.1. Pluralidade de agentes culpáveis	429
31.4.2. Relevância causal das condutas para a produção do resultado	431
31.4.3. Vínculo subjetivo.....	431
31.4.4. Unidade de infração penal para todos os agentes	432
31.4.5. Existência de fato punível.....	433
31.5. Autoria.....	434
31.5.1. Teorias.....	434
31.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal.....	436
31.6. Punibilidade no concurso de pessoas.....	437
31.7. Cooperação dolosamente distinta.....	438
31.8. Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	439
31.8.1. Coautoria.....	439
31.8.1.1. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria	440

31.8.1.2.	O executor de reserva	440
31.8.1.3.	Coautoria sucessiva	441
31.8.1.4.	Coautoria em crimes omissivos.....	441
31.8.1.5.	A autoria mediata.....	442
31.8.1.6.	Autoria por determinação	443
31.8.1.7.	Autoria de escritório.....	444
31.8.1.8.	A teoria do domínio da organização	445
31.8.1.9.	Autoria por convicção	445
31.8.2.	Participação.....	446
31.8.2.1.	Espécies	446
31.8.2.2.	Punição do partícipe: teorias da acessoriedade....	447
31.8.2.3.	Participação de menor importância.....	449
31.8.2.4.	Participação impunível	450
31.8.2.5.	Participação por omissão.....	450
31.8.2.6.	Conivência	451
31.8.2.7.	Participação sucessiva.....	451
31.8.2.8.	Participação em cadeia ou participação da participação	451
31.8.2.9.	Participação em ação alheia	441
31.9.	Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	452
31.9.1.	Distinção entre elementares e circunstâncias.....	452
31.9.2.	Espécies de elementares e de circunstâncias.....	453
31.9.3.	Condições de caráter pessoal	453
31.9.4.	As regras do art. 30 do Código Penal.....	453
31.9.5.	Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	454
31.10.	O excesso no mandato criminal.....	455
31.11.	Questões diversas.....	455
31.11.1.	Autoria colateral	455
31.11.2.	Autoria incerta.....	455
31.11.3.	Autoria desconhecida.....	456
31.12.	Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	457
31.12.1.	Denúncia geral <i>versus</i> processo penal kafkiano (“criptoimputação”)	458
31.13.	Concurso de pessoas e crimes culposos	459
31.13.1.	Coautoria e crimes culposos	459
31.13.2.	Participação e crimes culposos.....	459

PARTE III**TEORIA GERAL DA PENA**

CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....	463
32.1. Sanção penal.....	463
32.2. Conceito	463
32.3. Princípios.....	464
32.4. Teorias e finalidades.....	466
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	466
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas	467
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	469
32.4.4. Teoria agnóstica	470
32.5. Função social da pena	470
32.6. Fundamentos da pena.....	471
32.7. Cominação das penas	472
32.8. Classificação das penas.....	473
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	473
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	473
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal	474
32.9. Abolicionismo penal	474
32.10. Justiça restaurativa	476
32.11. Justiça penal negociada	478
32.12. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”).....	478
 CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	 481
33.1. Conceito	481
33.2. Espécies.....	481
33.3. Regimes penitenciários	481
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	481
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados	482
33.4.2. Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	484
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade.....	487
33.6. Jurisdicionalização da execução penal.....	487
33.6.1. Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros	487

33.7. Pena de reclusão	487
33.8. Pena de detenção	489
33.9. Pena de prisão simples	489
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção.....	489
33.11. Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigo- roso.....	490
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória	490
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	490
33.14. Progressão de regime prisional.....	491
33.14.1. Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência	496
33.14.2. Proibição da progressão “por saltos”	498
33.14.3. Progressão e crimes contra a Administração Pública	498
33.14.4. Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	500
33.14.5. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum.....	501
33.14.6. Progressão e nova condenação	504
33.14.7. Processamento do pedido de progressão	505
33.14.8. Progressão e prática de falta grave.....	505
33.14.9. Progressão e <i>habeas corpus</i>	507
33.14.10. Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito	507
33.14.11. Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	507
33.14.12. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite	508
33.14.13. Progressão de regime e prisão em unidade militar	508
33.14.14. Progressão de regime e cumprimento da pena em peniten- ciária federal de segurança máxima.....	508
33.14.15. Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial	509
33.15. Regressão	509
33.15.1. Regressão “por saltos”.....	512
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória	512
33.15.3. Regressão cautelar	513
33.16. Execução provisória	513
33.16.1. Execução provisória de réu preso	513
33.16.2. Execução provisória de réu solto	515

33.16.2.1.	Introdução.....	515
33.16.2.2.	A execução provisória da pena no direito comparado.....	516
33.16.2.3.	A relatividade da presunção de inocência.....	516
33.16.2.4.	Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal.....	517
33.16.2.5.	As vantagens proporcionadas pela execução provisória.....	520
33.16.2.6.	Análise do art. 283 do Código de Processo Penal.....	520
33.16.3.	Execução provisória de pena e desaforamento.....	521
33.16.4.	Execução provisória e prisão especial.....	522
33.16.5.	Execução provisória e Tribunal do Júri.....	522
33.16.5.1.	Direito intertemporal.....	524
33.17.	Autorizações de saída.....	524
33.17.1.	Permissão de saída.....	524
33.17.2.	Saída temporária.....	525
33.17.2.1.	Saída temporária e monitoração eletrônica.....	527
33.17.2.2.	Saídas temporárias automatizadas.....	527
33.18.	Regras do regime fechado.....	528
33.18.1.	Local de cumprimento da pena.....	530
33.18.2.	Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	531
33.18.2.1.	Juizes colegiados.....	533
33.18.2.2.	Líderes de organizações criminosas.....	533
33.18.3.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	534
33.19.	Regras do regime semiaberto.....	538
33.19.1.	Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	538
33.19.2.	Regime semiaberto e recurso da defesa.....	539
33.19.3.	Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar.....	539
33.20.	Regras do regime aberto.....	541
33.20.1.	Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	542
33.20.2.	Legislação local.....	542
33.20.3.	Prisão albergue domiciliar.....	542
33.20.3.1.	Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção.....	543
33.20.3.2.	Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i>	

	coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal.....	544
33.20.3.3.	Prisão domiciliar e monitoração eletrônica	545
33.20.3.4.	Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP n.º 05/2017	546
33.20.4.	Regime aberto e crimes militares.....	546
33.21.	A súmula vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto	546
33.22.	Tabela comparativa entre os regimes.....	548
33.23.	Regime especial.....	549
33.23.1.	Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos	549
33.23.2.	Proibição (ou não) de revista íntima.....	549
33.24.	Direitos do preso	551
33.24.1.	A questão da visita íntima.....	551
33.24.2.	Visita social.....	552
33.24.3.	Limitação ao uso de algemas	552
33.24.3.1.	Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa	555
33.24.4.	A separação dos presos nos estabelecimentos penais	556
33.24.5.	Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	557
33.24.6.	Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado.	558
33.24.7.	Cumprimento da pena em condições degradantes e cômputo da pena em dobro	560
33.25.	Trabalho do preso.....	561
33.25.1.	A remuneração do trabalho do preso	561
33.25.2.	Política Nacional de Trabalho no sistema prisional	562
33.26.	Legislação especial	562
33.27.	Remição	562
33.27.1.	Remição pelo trabalho.....	563
33.27.2.	Remição pelo estudo.....	565
33.27.3.	Regras comuns à remição	569
33.27.4.	Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo....	570
33.27.5.	Falta grave e perda dos dias remidos.....	570
33.27.6.	Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	574
33.28.	Detração penal	575
33.28.1.	Detração penal e medidas cautelares.....	574

33.28.2. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	576
33.28.3. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	577
33.28.4. Detração penal e pena de multa	577
33.28.5. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade (<i>sursis</i>).....	577
33.28.6. Detração penal e prescrição	577
33.28.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo	578

CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE..... 581

34.1. Conceito	581
34.2. Pressuposto	581
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	582
34.4. Elementares e circunstâncias.....	583
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	583
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	583
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras	584
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	584
34.8. O critério trifásico.....	585
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena--base.....	587
34.9.1. Culpabilidade.....	589
34.9.2. Antecedentes.....	591
34.9.3. Conduta social	593
34.9.4. Personalidade do agente.....	594
34.9.5. Motivos do crime	595
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	596
34.9.7. Consequências do crime	596
34.9.8. Comportamento da vítima	597
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	598
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP)	600
34.10.1.1. Introdução.....	600
34.10.1.2. Conceito	601
34.10.1.3. Requisitos.....	601
34.10.1.4. Natureza jurídica	605
34.10.1.5. Prova da reincidência	605
34.10.1.6. Espécies	605

34.10.1.7.	Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	606
34.10.1.8.	Extinção da punibilidade do crime anterior.....	607
34.10.1.9.	Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário.....	608
34.10.1.10.	Efeitos da reincidência.....	608
34.10.1.11.	Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	609
34.10.1.12.	Reincidência e maus antecedentes.....	610
34.10.1.13.	Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário.....	611
34.10.1.14.	Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios.....	611
34.10.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP).....	612
34.10.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”).....	612
34.10.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....	613
34.10.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”).....	614
34.10.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”).....	614
34.10.2.5.	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”).....	614
34.10.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”).....	615
34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”).....	616
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”).....	616
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....	617
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	617

34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (álínea “P”).....	618
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	618
34.10.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	618
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	619
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III).....	620
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	620
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP).....	620
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....	620
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II).....	621
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III).....	621
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP).....	626
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	627
34.10.5.1.	Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	627
34.10.5.2.	Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	628
34.11.	A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes)	628

CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS..... 631

35.1.	Conceito	631
35.2.	Espécies.....	632
35.3.	Natureza jurídica.....	632
35.4.	Duração das penas restritivas de direitos	633
35.5.	Requisitos.....	634
35.5.1.	Requisitos objetivos.....	634
35.5.2.	Requisitos subjetivos.....	637
35.6.	Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos	638
35.6.1.	A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	638

35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	639
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	641
35.9. Momento da substituição.....	641
35.10. Regras da substituição.....	641
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	642
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva.....	643
35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	644
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	644
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....	645
35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....	645
35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....	646
35.15. Penas restritivas de direitos em espécie.....	646
35.15.1. Classificação.....	646
35.15.2. Prestação pecuniária.....	646
35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções.....	649
35.15.3. Perda de bens e valores.....	650
35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções.....	651
35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	651
35.15.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade.....	652
35.15.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados.....	653
35.15.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais.....	653
35.15.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade.....	653
35.15.4.5. Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	654
35.15.5. Interdição temporária de direitos.....	654
35.15.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	654

35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	655
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	656
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	656
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	657
35.15.6.	Limitação de fim de semana.....	658
CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA.....		659
36.1.	Conceito	659
36.2.	Fundo Penitenciário	659
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	650
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	660
36.4.	Aplicação da pena de multa.....	661
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	662
36.6.	Multa excessiva.....	662
36.7.	Multa irrisória	662
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	663
36.9.	Execução da pena de multa.....	663
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	665
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	666
36.12.	Multa e correção monetária	666
36.13.	Suspensão da execução da multa	666
36.14.	Multa substitutiva	666
36.15.	Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça	667
36.16.	Pena de multa na Lei de Drogas.....	667
36.17.	Pena de multa e violência doméstica E familiar contra a mulher.....	668
CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES.....		669
37.1.	Conceito	669
37.2.	Espécies.....	669
37.3.	Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	669
37.3.1.	Sistema do cúmulo material.....	669
37.3.2.	Sistema da exasperação	669
37.3.3.	Sistema da absorção.....	669
37.4.	Concurso material	670

37.4.1.	Conceito e dispositivo legal.....	670
37.4.2.	Espécies	671
37.4.3.	Momento adequado para a soma das penas.....	671
37.4.4.	Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção	671
37.4.5.	Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	671
37.4.6.	Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos	672
37.4.7.	Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).....	672
37.5.	Concurso formal.....	672
37.5.1.	Conceito e dispositivo legal.....	672
37.5.2.	Espécies	673
37.5.2.1.	Homogêneo e heterogêneo	673
37.5.2.2.	Perfeito e imperfeito	673
37.5.3.	Teorias sobre o concurso formal.....	673
37.5.4.	Aplicação da pena no concurso formal	674
37.5.5.	Concurso material benéfico.....	675
37.6.	Crime continuado.....	675
37.6.1.	Conceito e dispositivo legal.....	675
37.6.2.	Origem histórica	676
37.6.3.	Natureza jurídica	676
37.6.4.	Requisitos do crime continuado.....	677
37.6.4.1.	Pluralidade de condutas.....	677
37.6.4.2.	Pluralidade de crimes da mesma espécie	677
37.6.4.3.	Conexão temporal.....	678
37.6.4.4.	Conexão espacial	678
37.6.4.5.	Conexão modal.....	678
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	679
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio	679
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena.....	680
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	682
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo	682
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	682
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	683
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	683
37.7.	Multa no concurso de crimes	684
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes	685

37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado	685
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos	685
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	685
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais.....	685
CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS		687
38.1.	Introdução.....	687
38.2.	Fundamentos	688
38.3.	Unificação de penas	688
38.4.	Competência para unificação das penas	688
38.5.	Nova condenação e unificação das penas.....	689
38.6.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada	689
CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA		691
39.1.	Origem histórica	691
39.2.	Sistemas	691
39.3.	Conceito	692
39.4.	Natureza jurídica.....	692
39.4.1.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	692
39.5.	Requisitos	693
39.5.1.	Requisitos objetivos.....	693
39.5.2.	Requisitos subjetivos	694
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i>	695
39.7.	Espécies de <i>sursis</i>	695
39.8.	Condições.....	696
39.9.	<i>Sursis</i> incondicionado	696
39.10.	Período de prova	697
39.11.	Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	697
39.12.	Revogação.....	698
39.12.1.	Revogação obrigatória.....	698
39.12.2.	Revogação facultativa.....	699
39.12.3.	Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional	700
39.13.	Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	700
39.14.	Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	701

39.15. Cassação do <i>sursis</i>	701
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos	702
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos	702
39.18. Prorrogação do período de prova	702
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício	703
39.20. Extinção da pena	703
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados	704
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro	704
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos	705
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	705
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal	705
39.26. <i>Sursis</i> e indulto	705
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário	706

CAPÍTULO 40 - LIVRAMENTO CONDICIONAL..... 707

40.1. Evolução histórica	707
40.2. Conceito	707
40.3. Natureza jurídica	708
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i>	708
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional	709
40.6. Egresso	710
40.7. Requisitos	710
40.7.1. Requisitos objetivos	710
40.7.2. Requisitos subjetivos	713
40.8. Rito do livramento condicional	715
40.9. Condições	717
40.10. Revogação do livramento condicional	718
40.10.1. Revogação obrigatória	718
40.10.1.1. Inciso I	719
40.10.1.2. Inciso II	720
40.10.2. Revogação facultativa	721
40.11. Suspensão do livramento condicional	722
40.12. Prorrogação do período de prova	723
40.13. Extinção da pena	724
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional	724
40.14.1. Livramento condicional insubsistente	724
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	725

40.14.3. Livramento condicional humanitário	725
40.14.4. Livramento condicional cautelar.....	725
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiro	725
40.14.6. Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	726
40.14.7. Livramento condicional e limite de cumprimento da pena.	726

CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO 729

41.1. Introdução.....	729
41.2. Pressuposto	729
41.3. Divisão dos efeitos da condenação	730
41.3.1. Efeitos principais	730
41.3.2. Efeitos secundários.....	730
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal	730
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal previstos no Código Penal	731
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do código penal.....	741
41.4.1. Abuso de autoridade.....	741
41.4.2. Suspensão dos direitos políticos.....	742
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	743
41.4.4. Lei de Falências.....	743
41.4.5. Lei de Tortura	743
41.4.6. Lei de Drogas.....	743
41.4.7. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor.....	744
41.4.8. Lavagem de capitais	744
41.4.9. Crime organizado.....	744
41.4.10. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	745
41.5. Quadro esquemático	746

CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO..... 747

42.1. Conceito	747
42.2. Origem histórica	747
42.3. Natureza jurídica.....	747
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	748
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final.....	748
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único	748

42.4.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	748
42.4.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	749
42.4.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo	749
42.5.	Reabilitação e reincidência.....	749
42.6.	Pressuposto e requisitos da reabilitação	750
42.6.1.	Pressuposto	750
42.6.2.	Requisitos	750
42.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	750
42.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	752
42.7.	Pedido de reabilitação.....	752
42.8.	Revogação da reabilitação	753
42.9.	Reabilitação e <i>habeas corpus</i>	753

CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA..... 755

43.1.	Conceito	755
43.2.	Distinções entre pena e medida de segurança.....	755
43.3.	Princípios das medidas de segurança	756
43.3.1.	Legalidade	756
43.3.2.	Anterioridade	756
43.3.3.	Jurisdicionalidade	756
43.4.	Requisitos para aplicação	756
43.5.	Conceito de periculosidade	757
43.6.	Espécies de periculosidade.....	758
43.7.	Aplicação da medida de segurança	758
43.8.	Espécies de medidas de segurança.....	759
43.9.	Prazo mínimo da medida de segurança.....	761
43.10.	Prazo máximo da medida de segurança	761
43.11.	Execução das medidas de segurança	762
43.12.	Medida de segurança provisória ou preventiva	764
43.13.	Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	765
43.14.	Desinternação progressiva.....	765
43.15.	Conversão da pena em medida de segurança.....	766
43.16.	Direitos do internado.....	767
43.17.	Medidas de segurança na Lei de Drogas	767
43.18.	Adolescente infrator e medidas de segurança.....	767

CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....	769
44.1. Introdução.....	769
44.2. Conceito	769
44.3. Características.....	769
44.4. Classificação da ação penal.....	770
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	770
44.4.2. Divisão subjetiva.....	770
44.5. Condições da ação penal	770
44.5.1. Condições genéricas.....	770
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	771
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir	771
44.5.1.3. Interesse processual.....	772
44.5.1.4. Justa causa.....	772
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade	773
44.6. Ação penal pública	774
44.6.1. Princípios	775
44.6.2. Ação penal pública incondicionada.....	776
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	777
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica	777
44.6.3.2. Representação do ofendido	777
44.7. Ação penal privada.....	782
44.7.1. Prazo	782
44.7.2. Princípios	782
44.7.3. Espécies	784
44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita	774
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	784
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	785
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente.....	785
44.8. Ação penal nos crimes complexos	786
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	786
44.10. Ação penal e crime de lesão corporaL praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher	787
CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	791
45.1. Introdução.....	791
45.2. O art. 107 do Código Penal	791

45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação	792
45.4.	Efeitos.....	793
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos ..	794
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal	794
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	794
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	796
45.6.2.1.	Anistia	796
45.6.2.2.	Graça.....	797
45.6.2.3.	Indulto.....	798
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III)	802
45.6.4.	Prescrição, decadência e preempção (inciso IV).....	802
45.6.4.1.	Prescrição.....	802
45.6.4.2.	Decadência.....	803
45.6.4.3.	Preempção.....	804
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V)	806
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa.....	806
45.6.5.2.	Perdão aceito.....	807
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI)	808
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	808
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005	808
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	808
45.6.9.1.	Introdução.....	808
45.6.9.2.	Natureza jurídica	810
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	810
45.6.9.4.	Incomunicabilidade.....	811
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	811
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	812
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	813

CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO..... 815

46.1.	Introdução.....	815
46.2.	Origem histórica	816

46.3.	Conceito	816
46.4.	Fundamentos	816
46.5.	Natureza jurídica.....	817
46.6.	Alocação	817
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	818
46.7.1.	Injúria racial <i>versus</i> racismo: o entendimento do Supremo Tribunal Federal	820
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência	821
46.9.	Espécies de prescrição	821
46.9.1.	Introdução.....	821
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração	822
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade.....	823
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	823
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	823
46.10.1.2.	Fundamento.....	824
46.10.1.3.	Cálculo.....	824
46.10.1.4.	Termo inicial	829
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências	835
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	835
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	837
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares.....	838
46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	838
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	840
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal	840
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição....	841
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	844
46.10.2.1.	Conceito	844
46.10.2.2.	Cálculo.....	844
46.10.2.3.	Termo inicial	844
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência.....	845
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento..	845

46.10.2.6.	Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação	845
46.10.3.	Prescrição retroativa.....	846
46.10.3.1.	Origem.....	846
46.10.3.2.	Cálculo.....	846
46.10.3.3.	Termo inicial	847
46.10.3.4.	Momento adequado para o seu reconhecimento	849
46.10.4.	Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação.....	849
46.10.4.1.	Conceito	849
46.10.4.2.	Forma de contagem	850
46.10.4.3.	Termo inicial	850
46.10.4.4.	Causas interruptivas.....	852
46.10.4.5.	Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	853
46.10.4.6.	Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	853
46.10.4.7.	Prescrição da pretensão executória e indulto	854
46.10.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	855
46.11.	Prescrição das penas restritivas de direitos.....	857
46.12.	Prescrição e detração penal.....	857
46.13.	Prescrição das medidas de segurança.....	858
46.14.	Prescrição e absorção de penas.....	859
46.15.	Prescrição no concurso de crimes.....	859
46.16.	Prescrição da pena de multa	860
46.17.	Prescrição na legislação penal especial.....	862
46.17.1.	Lei de Drogas – Lei 11.343/2006	862
46.17.2.	Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	862
46.17.3.	Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	862
46.18.	Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	863
BIBLIOGRAFIA		865

CLEBER
MASSON

16^a
edição

revista,
atualizada e
ampliada



EDITORA
MÉTODO

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL (ARTS. 121 A 212)

2

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 12.01.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M372d

Masson, Cleber

Direito penal : parte especial (arts. 121 a 212) / Cleber Masson. - 16. ed. - Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia

“Material suplementar na plataforma”

ISBN 978-65-596-4673-9

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II.

22-81483

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL...	1
I. Divisão do Código Penal em partes	1
II. Precedência histórica da Parte Especial	1
III. Importância da Parte Especial	2
IV. Título do crime	2
V. Apresentação da Parte Especial	2
VI. A divisão da Parte Especial do Código Penal	4
CAPÍTULO 1 – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	7
1.1. Dos crimes contra a vida.....	7
1.1.1. Fundamento constitucional.....	7
1.1.2. Crimes contra a vida: espécies, competência e ação penal..	8
1.1.3. Art. 121 – Homicídio	9
1.1.3.1. Dispositivo legal.....	9
1.1.3.2. Estrutura do tipo penal.....	10
1.1.3.3. Homicídio simples.....	11
1.1.3.4. Homicídio privilegiado.....	17
1.1.3.5. Homicídio qualificado: art. 121, § 2.º	23
1.1.3.6. Causas de aumento da pena no homicídio doloso: art. 121, § 4.º, 2.ª parte, e art. 121, § 6.º.....	58
1.1.3.7. Homicídio culposo: art. 121, § 3.º.....	60
1.1.4. Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.....	67
1.1.4.1. Dispositivo legal.....	67
1.1.4.2. Introdução e análise crítica	68
1.1.4.3. Conceito de suicídio e de automutilação.....	68
1.1.4.4. Nome do delito	69
1.1.4.5. Objetividade jurídica	69
1.1.4.6. Objeto material	69
1.1.4.7. Núcleos do tipo	70
1.1.4.8. Sujeito ativo	71
1.1.4.9. Sujeito passivo.....	71

	1.1.4.10.	Elemento subjetivo.....	71
	1.1.4.11.	Consumação	72
	1.1.4.12.	Tentativa	73
	1.1.4.13.	Pacto de morte	73
	1.1.4.14.	Roleta-russa e duelo americano.....	74
	1.1.4.15.	Classificação doutrinária.....	74
	1.1.4.16.	Causas de aumento de pena: §§ 3.º a 5.º	74
1.1.5.	Art. 123 –	Infanticídio.....	76
	1.1.5.1.	Dispositivo legal.....	76
	1.1.5.2.	Conceito.....	77
	1.1.5.3.	Objetividade jurídica	77
	1.1.5.4.	Objeto material.....	77
	1.1.5.5.	Sujeito ativo	78
	1.1.5.6.	Sujeito passivo.....	79
	1.1.5.7.	Elemento subjetivo.....	79
	1.1.5.8.	Influência do estado puerperal: conceito e prova	79
	1.1.5.9.	Elemento temporal: “logo após o parto”	80
	1.1.5.10.	Consumação	80
	1.1.5.11.	Tentativa.....	80
	1.1.5.12.	Classificação doutrinária	81
1.1.6.	Arts. 124 a 128 –	Aborto.....	81
	1.1.6.1.	Noções introdutórias	81
	1.1.6.2.	Aborto criminoso	83
	1.1.6.3.	Crimes em espécie	86
	1.1.6.4.	Aborto legal ou permitido: art. 128.....	92
	1.1.6.5.	Aborto eugênico ou eugenésico.....	95
	1.1.6.6.	O tratamento jurídico-penal da anencefalia e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal....	96
	1.1.6.7.	A questão da microcefalia	98
	1.1.6.8.	Aborto econômico, miserável ou social.....	101
1.2.		Das lesões corporais.....	101
	1.2.1.	Dispositivo legal.....	101
	1.2.2.	Estrutura do crime.....	103
	1.2.3.	Noções gerais.....	104
	1.2.3.1.	Conceito de lesão corporal.....	104
	1.2.3.2.	Objetividade jurídica	104
	1.2.3.3.	Objeto material	104
	1.2.3.4.	Núcleo do tipo	104
	1.2.3.5.	Sujeito ativo	105
	1.2.3.6.	Sujeito passivo.....	105

1.2.3.7.	Elemento subjetivo.....	105
1.2.3.8.	Consumação	105
1.2.3.9.	Tentativa.....	105
1.2.3.10.	Classificação doutrinária.....	105
1.2.3.11.	Outras observações.....	106
1.2.4.	Art. 129 – Lesão corporal dolosa.....	108
1.2.4.1.	Lesão corporal leve	108
1.2.4.2.	Lesão corporal de natureza grave em sentido amplo.....	109
1.2.4.3.	Lesão corporal seguida de morte: § 3.º.....	119
1.2.4.4.	Lesão corporal dolosa privilegiada: causa de diminuição de pena (art. 129, § 4.º)	120
1.2.4.5.	Lesões corporais leves e substituição da pena: § 5.º.....	120
1.2.4.6.	Aumento de pena na lesão corporal dolosa: § 7.º.....	121
1.2.4.7.	Lesão corporal culposa: § 6.º.....	121
1.2.4.8.	Lesão corporal e violência doméstica: § 9.º.....	123
1.3.	Da periclitación da vida e da saúde.....	130
1.3.1.	Art. 130 – Perigo de contágio venéreo	131
1.3.1.1.	Dispositivo legal.....	131
1.3.1.2.	Espécies criminosas.....	131
1.3.1.3.	Objetividade jurídica	132
1.3.1.4.	Objeto material.....	132
1.3.1.5.	Núcleo do tipo.....	132
1.3.1.6.	Sujeito ativo	132
1.3.1.7.	Sujeito passivo.....	133
1.3.1.8.	Elemento subjetivo.....	133
1.3.1.9.	Consumação	133
1.3.1.10.	Tentativa.....	135
1.3.1.11.	Concurso de crimes.....	135
1.3.1.12.	Ação penal	135
1.3.1.13.	Lei 9.099/1995.....	135
1.3.1.14.	Classificação doutrinária.....	135
1.3.2.	Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave.....	136
1.3.2.1.	Dispositivo legal.....	136
1.3.2.2.	Objetividade jurídica	136
1.3.2.3.	Objeto material.....	136
1.3.2.4.	Núcleo do tipo.....	136
1.3.2.5.	Sujeito ativo	137
1.3.2.6.	Sujeito passivo.....	137

	1.3.2.7.	Elemento subjetivo.....	137
	1.3.2.8.	Consumação	137
	1.3.2.9.	Tentativa.....	138
	1.3.2.10.	Concurso de crimes.....	138
	1.3.2.11.	Ação penal.....	138
	1.3.2.12.	Lei 9.099/1995.....	138
	1.3.2.13.	Classificação doutrinária.....	138
1.3.3.	Art. 132 –	Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	139
	1.3.3.1.	Dispositivo legal.....	139
	1.3.3.2.	Objetividade jurídica	139
	1.3.3.3.	Objeto material.....	139
	1.3.3.4.	Núcleo do tipo.....	139
	1.3.3.5.	Sujeito ativo.....	140
	1.3.3.6.	Sujeito passivo.....	140
	1.3.3.7.	Elemento subjetivo.....	140
	1.3.3.8.	Consumação	140
	1.3.3.9.	Tentativa.....	140
	1.3.3.10.	Subsidiariedade expressa.....	140
	1.3.3.11.	Lei 9.099/1995.....	141
	1.3.3.12.	Causa de aumento de pena.....	141
	1.3.3.13.	Ação penal.....	141
	1.3.3.14.	Estatuto da Pessoa Idosa.....	141
	1.3.3.15.	Classificação doutrinária.....	142
1.3.4.	Art. 133 –	Abandono de incapaz.....	142
	1.3.4.1.	Dispositivo legal.....	142
	1.3.4.2.	Espécies criminosas.....	143
	1.3.4.3.	Objetividade jurídica	143
	1.3.4.4.	Objeto material.....	143
	1.3.4.5.	Núcleo do tipo.....	143
	1.3.4.6.	Sujeito ativo.....	144
	1.3.4.7.	Sujeito passivo.....	144
	1.3.4.8.	Elemento subjetivo.....	145
	1.3.4.9.	Consumação	145
	1.3.4.10.	Tentativa.....	145
	1.3.4.11.	Classificação doutrinária.....	145
	1.3.4.12.	Ação penal.....	145
	1.3.4.13.	Lei 9.099/1995	145
	1.3.4.14.	Distinção	145
	1.3.4.15.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	146
	1.3.4.16.	Causas de aumento de pena.....	146

	1.3.4.17.	Abandono de incapaz e Estatuto da Pessoa com Deficiência	147
1.3.5.	Art. 134 –	Exposição ou abandono de recém-nascido	147
	1.3.5.1.	Dispositivo legal.....	147
	1.3.5.2.	Introdução	148
	1.3.5.3.	Espécies criminosas.....	148
	1.3.5.4.	Objetividade jurídica	148
	1.3.5.5.	Objeto material.....	148
	1.3.5.6.	Núcleos do tipo	148
	1.3.5.7.	Elemento normativo	148
	1.3.5.8.	Sujeito ativo	149
	1.3.5.9.	Sujeito passivo.....	149
	1.3.5.10.	Elemento subjetivo.....	149
	1.3.5.11.	Consumação	149
	1.3.5.12.	Tentativa.....	150
	1.3.5.13.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	150
	1.3.5.14.	Ação penal.....	150
	1.3.5.15.	Classificação doutrinária.....	150
1.3.6.	Art. 135 –	Omissão de socorro	150
	1.3.6.1.	Dispositivo legal.....	150
	1.3.6.2.	Objetividade jurídica	151
	1.3.6.3.	Objeto material.....	151
	1.3.6.4.	Núcleos do tipo	151
	1.3.6.5.	Elemento normativo do tipo.....	152
	1.3.6.6.	Sujeito ativo	153
	1.3.6.7.	Sujeito passivo.....	153
	1.3.6.8.	Elemento subjetivo.....	155
	1.3.6.9.	Consumação	155
	1.3.6.10.	Tentativa.....	155
	1.3.6.11.	Causa de aumento de pena	155
	1.3.6.12.	Classificação doutrinária.....	156
	1.3.6.13.	Omissão de socorro e Código de Trânsito Brasileiro	156
1.3.7.	Art. 135-A –	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	157
	1.3.7.1.	Dispositivo legal.....	157
	1.3.7.2.	Introdução.....	158
	1.3.7.3.	Objetividade jurídica	159
	1.3.7.4.	Objeto material.....	159
	1.3.7.5.	Núcleo do tipo.....	160
	1.3.7.6.	Sujeito ativo	161

	1.3.7.7.	Sujeito passivo.....	161
	1.3.7.8.	Elemento subjetivo.....	161
	1.3.7.9.	Consumação.....	162
	1.3.7.10.	Tentativa.....	162
	1.3.7.11.	Ação penal.....	162
	1.3.7.12.	Lei 9.099/1995.....	162
	1.3.7.13.	Classificação doutrinária.....	163
	1.3.7.14.	Causas de aumento da pena: art. 135-A, parágrafo único.....	163
	1.3.7.15.	Estatuto da Pessoa Idosa.....	164
1.3.8.	Art. 136 – Maus-tratos.....		164
	1.3.8.1.	Dispositivo legal.....	164
	1.3.8.2.	Objetividade jurídica.....	165
	1.3.8.3.	Objeto material.....	165
	1.3.8.4.	Núcleo do tipo.....	165
	1.3.8.5.	Sujeito ativo.....	167
	1.3.8.6.	Sujeito passivo.....	167
	1.3.8.7.	Elemento subjetivo.....	168
	1.3.8.8.	Consumação.....	168
	1.3.8.9.	Tentativa.....	169
	1.3.8.10.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	169
	1.3.8.11.	Causa de aumento de pena.....	169
	1.3.8.12.	Ação penal.....	169
	1.3.8.13.	Classificação doutrinária.....	169
	1.3.8.14.	Maus-tratos e agravantes genéricas.....	169
	1.3.8.15.	Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente e maus-tratos: distinção.....	170
	1.3.8.16.	Tortura e maus-tratos: distinção.....	170
	1.3.8.17.	Maus-tratos contra animais.....	170
1.4.	Da rixa.....		171
	1.4.1.	Dispositivo legal.....	171
	1.4.2.	Conceito.....	172
	1.4.3.	Objetividade jurídica.....	172
	1.4.4.	Objeto material.....	172
	1.4.5.	Núcleo do tipo.....	172
	1.4.6.	Sujeitos do crime: ativo e passivo.....	173
	1.4.7.	Elemento subjetivo.....	173
	1.4.8.	Consumação.....	174
	1.4.9.	Tentativa.....	174
	1.4.10.	Rixa qualificada: art. 137, parágrafo único.....	174
	1.4.11.	Rixa e legítima defesa.....	176

1.4.12.	Ação penal	176
1.4.13.	Lei 9.099/1995	176
1.4.14.	Classificação doutrinária	176
1.5.	Dos crimes contra a honra	177
1.5.1.	Introdução	177
1.5.2.	Conceito de honra	177
1.5.3.	Espécies de honra	177
1.5.4.	Art. 138 – Calúnia	178
1.5.4.1.	Dispositivo legal	178
1.5.4.2.	Conceito	179
1.5.4.3.	Objetividade jurídica	179
1.5.4.4.	Objeto material	179
1.5.4.5.	Núcleo do tipo	179
1.5.4.6.	Elemento normativo do tipo: “falsamente”	180
1.5.4.7.	Formas de calúnia	181
1.5.4.8.	Consumação	181
1.5.4.9.	Tentativa	181
1.5.4.10.	Calúnia e denúncia caluniosa: distinções	181
1.5.4.11.	Subtipo da calúnia: art. 138, § 1.º	182
1.5.4.12.	Calúnia contra os mortos	182
1.5.4.13.	Exceção da verdade: art. 138, § 3.º	182
1.5.5.	Art. 139 – Difamação	186
1.5.5.1.	Dispositivo legal	186
1.5.5.2.	Conceito	187
1.5.5.3.	Objetividade jurídica	187
1.5.5.4.	Objeto material	187
1.5.5.5.	Núcleo do tipo	187
1.5.5.6.	Consumação	188
1.5.5.7.	Tentativa	188
1.5.5.8.	Exceção da verdade	188
1.5.5.9.	Exceção de notoriedade	189
1.5.5.10.	Atribuição antecipada de culpa pelo agente público e abuso de autoridade	190
1.5.6.	Art. 140 – Injúria	190
1.5.6.1.	Dispositivo legal	190
1.5.6.2.	Estrutura do tipo penal	191
1.5.6.3.	Conceito	191
1.5.6.4.	Objetividade jurídica	192
1.5.6.5.	Objeto material	192
1.5.6.6.	Núcleo do tipo	192
1.5.6.7.	Consumação	193

	1.5.6.8.	Tentativa.....	194
	1.5.6.9.	Exceção da verdade.....	194
	1.5.6.10.	Perdão judicial: art. 140, § 1.º.....	195
	1.5.6.11.	Injúria real: art. 140, § 2.º.....	196
	1.5.6.12.	Injúria qualificada: art. 140, § 3.º.....	197
	1.5.6.13.	Injúria contra funcionário público e desacato: distinção.....	200
	1.5.6.14.	Injúria cometida pela internet e competência... ..	201
	1.5.6.15.	Injúria eleitoral.....	201
1.5.7.	Arts. 141 a 145 – Apontamentos comuns aos crimes contra a honra.....		202
	1.5.7.1.	Introdução.....	202
	1.5.7.2.	Disposições comuns: art. 141.....	212
	1.5.7.3.	Exclusão do crime: art. 142.....	216
	1.5.7.4.	Retratação.....	220
	1.5.7.5.	Pedido de explicações: art. 144.....	222
	1.5.7.6.	Ação penal nos crimes contra a honra.....	223
1.5.8.	Quadro sinótico dos crimes contra a honra.....		226
1.6.	Dos crimes contra a liberdade individual.....		227
	1.6.1.	Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	227
	1.6.1.1.	Art. 146 – Constrangimento ilegal.....	227
	1.6.1.2.	Art. 147 – Ameaça.....	234
	1.6.1.3.	Art. 147-A – Perseguição.....	239
	1.6.1.4.	Art. 147-B – Violência psicológica contra a mulher.....	249
	1.6.1.5.	Art. 148 – Sequestro e cárcere privado.....	257
	1.6.1.6.	Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo.....	264
	1.6.1.7.	Art. 149-A – Tráfico de pessoas.....	274
1.6.2.	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....		288
	1.6.2.1.	Art. 150 – Violação de domicílio.....	288
1.6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência....		305
	1.6.3.1.	Art. 151 – Violação de correspondência.....	305
	1.6.3.2.	Art. 152 – Correspondência comercial.....	317
1.6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....		319
	1.6.4.1.	Art. 153 – Divulgação de segredo.....	320
	1.6.4.2.	Art. 154 – Violação do segredo profissional.....	326
	1.6.4.3.	Art. 154-A – Invasão de dispositivo informáti- co.....	330

CAPÍTULO 2 – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO..... 341

2.1.	Fundamento constitucional e terminologia legal.....	341
------	---	-----

2.2.	Conceito de patrimônio	341
2.3.	Critério legislativo para eleição dos crimes contra o patrimônio.....	342
2.4.	Do Furto.....	343
2.4.1.	Art. 155 – Furto	343
2.4.1.1.	Dispositivo legal.....	343
2.4.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	345
2.4.1.3.	Objetividade jurídica	345
2.4.1.4.	Objeto material.....	345
2.4.1.5.	Núcleo do tipo.....	351
2.4.1.6.	Sujeito ativo	352
2.4.1.7.	Sujeito passivo.....	353
2.4.1.8.	Elemento subjetivo.....	353
2.4.1.9.	Consumação	356
2.4.1.10.	Tentativa.....	358
2.4.1.11.	Ação penal.....	359
2.4.1.12.	Lei 9.099/1995.....	360
2.4.1.13.	Classificação doutrinária.....	360
2.4.1.14.	Furto e conflito aparente de normas penais	360
2.4.1.15.	Furto praticado durante o repouso noturno: art. 155, § 1.º.....	361
2.4.1.16.	Furto privilegiado: art. 155, § 2.º.....	364
2.4.1.17.	Furto qualificado: art. 155, §§ 4.º, 4.º-A, 4.º-B, 5.º, 6.º e 7.º.....	367
2.4.2.	Art. 156 – Furto de coisa comum	397
2.4.2.1.	Dispositivo legal.....	397
2.4.2.2.	Conceito	398
2.4.2.3.	Objetividade jurídica	398
2.4.2.4.	Objeto material.....	398
2.4.2.5.	Núcleo do tipo.....	398
2.4.2.6.	Sujeito ativo	398
2.4.2.7.	Sujeito passivo.....	399
2.4.2.8.	Elemento subjetivo.....	399
2.4.2.9.	Consumação	399
2.4.2.10.	Tentativa.....	399
2.4.2.11.	Ação penal.....	399
2.4.2.12.	Lei 9.099/1995.....	400
2.4.2.13.	Causa especial de exclusão da ilicitude: art. 156, § 2.º.....	400
2.4.2.14.	Classificação doutrinária.....	400
2.5.	Do roubo e da extorsão	401
2.5.1.	Art. 157 – Roubo	401

	2.5.1.1.	Dispositivo legal.....	401
	2.5.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	402
	2.5.1.3.	Roubo próprio: art. 157, <i>caput</i> , do Código Penal	402
	2.5.1.4.	Roubo impróprio: art. 157, § 1.º, do Código Penal	415
	2.5.1.5.	Roubo circunstanciado, majorado ou agravado: art. 157, §§ 2.º e 2.º-A, do Código Penal.....	418
	2.5.1.6.	Roubo qualificado: art. 157, § 3.º, do Código Penal	441
2.5.2.	Art. 158 –	Extorsão.....	450
	2.5.2.1.	Dispositivo legal.....	450
	2.5.2.2.	Introdução.....	451
	2.5.2.3.	Objetividade jurídica	452
	2.5.2.4.	Objeto material.....	452
	2.5.2.5.	Núcleo do tipo.....	452
	2.5.2.6.	Sujeito ativo	456
	2.5.2.7.	Sujeito passivo.....	457
	2.5.2.8.	Elemento subjetivo.....	458
	2.5.2.9.	Consumação	458
	2.5.2.10.	Tentativa.....	459
	2.5.2.11.	Ação penal.....	460
	2.5.2.12.	Classificação doutrinária	460
	2.5.2.13.	Causas de aumento de pena: art. 158, § 1.º.....	460
	2.5.2.14.	Extorsão qualificada: art. 158, § 2.º.....	461
	2.5.2.15.	Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima ou sequestro-relâmpago: art. 158, § 3.º, do Código Penal.....	461
2.5.3.	Art. 159 –	Extorsão mediante sequestro.....	467
	2.5.3.1.	Dispositivo legal.....	467
	2.5.3.2.	Extorsão mediante sequestro e Lei dos Crimes Hediondos.....	468
	2.5.3.3.	Objetividade jurídica	468
	2.5.3.4.	Objeto material.....	468
	2.5.3.5.	Núcleo do tipo.....	468
	2.5.3.6.	Sujeito ativo	469
	2.5.3.7.	Sujeito passivo.....	470
	2.5.3.8.	Elemento subjetivo.....	470
	2.5.3.9.	Consumação	472
	2.5.3.10.	Tentativa.....	472
	2.5.3.11.	Ação penal.....	472
	2.5.3.12.	Classificação doutrinária	473

	2.5.3.13.	Figuras qualificadas.....	473
	2.5.3.14.	Delação premiada: § 4.º	477
	2.5.3.15.	Extorsão mediante sequestro e tráfico de pessoas: meios especiais de prevenção e repressão	481
2.5.4.	Art. 160 –	Extorsão indireta	482
	2.5.4.1.	Dispositivo legal.....	482
	2.5.4.2.	Introdução.....	482
	2.5.4.3.	Objetividade jurídica	483
	2.5.4.4.	Objeto material	483
	2.5.4.5.	Núcleos do tipo	483
	2.5.4.6.	Sujeito ativo	484
	2.5.4.7.	Sujeito passivo.....	484
	2.5.4.8.	Elemento subjetivo.....	485
	2.5.4.9.	Consumação	485
	2.5.4.10.	Tentativa	485
	2.5.4.11.	Ação penal.....	485
	2.5.4.12.	Lei 9.099/1995.....	485
	2.5.4.13.	Classificação doutrinária	486
	2.5.4.14.	Concurso de crimes: extorsão indireta e denuncia- ção caluniosa	486
2.6.	Da usurpação.....		486
2.6.1.	Art. 161 –	Alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	487
	2.6.1.1.	Dispositivo legal.....	487
	2.6.1.2.	Pluralidade de crimes	487
	2.6.1.3.	Alteração de limites: art. 161, <i>caput</i>	488
	2.6.1.4.	Usurpação de águas: art. 161, § 1.º, inciso I	490
	2.6.1.5.	Esbulho possessório: art. 161, § 1.º, inciso II....	492
2.6.2.	Art. 162 –	Supressão ou alteração de marca em animais ...	498
	2.6.2.1.	Dispositivo legal.....	498
	2.6.2.2.	Objetividade jurídica	499
	2.6.2.3.	Objeto material	499
	2.6.2.4.	Núcleos do tipo	499
	2.6.2.5.	Elemento normativo do tipo.....	499
	2.6.2.6.	Sujeito ativo	499
	2.6.2.7.	Sujeito passivo.....	499
	2.6.2.8.	Elemento subjetivo.....	499
	2.6.2.9.	Consumação	500
	2.6.2.10.	Tentativa	500
	2.6.2.11.	Ação penal.....	500
	2.6.2.12.	Lei 9.099/1995.....	500
	2.6.2.13.	Classificação doutrinária	500

2.7.	Do dano.....	501
2.7.1.	Art. 163 – Dano	501
2.7.1.1.	Dispositivo legal.....	501
2.7.1.2.	Objetividade jurídica	501
2.7.1.3.	Objeto material.....	502
2.7.1.4.	Núcleos do tipo	502
2.7.1.5.	Sujeito ativo	504
2.7.1.6.	Sujeito passivo.....	505
2.7.1.7.	Elemento subjetivo.....	505
2.7.1.8.	Consumação	505
2.7.1.9.	Tentativa	506
2.7.1.10.	Ação penal.....	506
2.7.1.11.	Lei 9.099/1995.....	506
2.7.1.12.	Classificação doutrinária.....	506
2.7.1.13.	Figuras qualificadas: art. 163, parágrafo único..	506
2.7.2.	Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	510
2.7.2.1.	Dispositivo legal.....	510
2.7.2.2.	Introdução.....	511
2.7.2.3.	Objetividade jurídica	511
2.7.2.4.	Objeto material.....	511
2.7.2.5.	Núcleos do tipo	511
2.7.2.6.	Elemento normativo do tipo.....	512
2.7.2.7.	Ocorrência de prejuízo.....	512
2.7.2.8.	Sujeito ativo	512
2.7.2.9.	Sujeito passivo.....	513
2.7.2.10.	Elemento subjetivo.....	513
2.7.2.11.	Consumação	513
2.7.2.12.	Tentativa	513
2.7.2.13.	Ação penal.....	513
2.7.2.14.	Lei 9.099/1995.....	513
2.7.2.15.	Classificação doutrinária.....	514
2.7.3.	Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	514
2.7.3.1.	Dispositivo legal.....	514
2.7.3.2.	Revogação	514
2.7.4.	Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido.....	514
2.7.4.1.	Dispositivo legal.....	514
2.7.4.2.	Revogação	514
2.8.	Da apropriação indébita.....	515
2.8.1.	Introdução.....	515

2.8.2.	O privilégio na apropriação indébita.....	515
2.8.2.1.	Apropriação indébita privilegiada e princípio da insignificância.....	515
2.8.2.2.	Apropriação indébita previdenciária, privilégio e perdão judicial.....	516
2.8.3.	Art. 168 – Apropriação indébita	517
2.8.3.1.	Dispositivo legal.....	517
2.8.3.2.	Conceito	517
2.8.3.3.	Objetividade jurídica	518
2.8.3.4.	Objeto material.....	518
2.8.3.5.	Núcleo do tipo.....	519
2.8.3.6.	Sujeito ativo.....	522
2.8.3.7.	Sujeito passivo.....	522
2.8.3.8.	Elemento subjetivo.....	522
2.8.3.9.	Consumação	524
2.8.3.10.	Tentativa.....	524
2.8.3.11.	Ação penal.....	524
2.8.3.12.	Lei 9.099/1995.....	525
2.8.3.13.	Interpelação judicial e prestação de contas na esfera civil.....	525
2.8.3.14.	Competência.....	525
2.8.3.15.	Classificação doutrinária.....	526
2.8.3.16.	Causas de aumento da pena: art. 168, § 1.º	526
2.8.3.17.	Hipóteses especiais de apropriação indébita	529
2.8.4.	Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária.....	530
2.8.4.1.	Dispositivo legal.....	530
2.8.4.2.	Localização no Código Penal e denominação legal.....	531
2.8.4.3.	Constitucionalidade da incriminação.....	532
2.8.4.4.	Objetividade jurídica	533
2.8.4.5.	Objeto material.....	534
2.8.4.6.	Núcleo do tipo.....	535
2.8.4.7.	Sujeito ativo.....	535
2.8.4.8.	Sujeito passivo.....	536
2.8.4.9.	Elemento subjetivo.....	537
2.8.4.10.	Consumação	537
2.8.4.11.	Tentativa.....	538
2.8.4.12.	Ação penal.....	538
2.8.4.13.	Competência.....	538
2.8.4.14.	Dificuldades financeiras e reflexos jurídico-penais.....	538
2.8.4.15.	Classificação doutrinária.....	539

2.8.4.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	539
2.8.4.17.	Extinção da punibilidade: § 2.º	540
2.8.4.18.	Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa: § 3.º.....	541
2.8.4.19.	Prévio esgotamento da via administrativa e ausência de justa causa para a ação penal	542
2.8.4.20.	Princípio da insignificância	544
2.8.5.	Art. 169 – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	545
2.8.5.1.	Dispositivo legal.....	545
2.8.5.2.	Introdução.....	545
2.8.5.3.	Objetividade jurídica	546
2.8.5.4.	Objeto material	546
2.8.5.5.	Núcleo do tipo	546
2.8.5.6.	Sujeito ativo	548
2.8.5.7.	Sujeito passivo.....	548
2.8.5.8.	Elemento subjetivo.....	548
2.8.5.9.	Consumação	549
2.8.5.10.	Tentativa.....	549
2.8.5.11.	Ação penal.....	549
2.8.5.12.	Lei 9.099/1995.....	549
2.8.5.13.	Classificação doutrinária	549
2.8.5.14.	Figuras equiparadas: art. 169, parágrafo único, do Código Penal.....	550
2.9.	Do estelionato e outras fraudes	552
2.9.1.	Art. 171 – Estelionato.....	552
2.9.1.1.	Dispositivo legal.....	552
2.9.1.2.	Introdução.....	554
2.9.1.3.	Objetividade jurídica	554
2.9.1.4.	Objeto material	554
2.9.1.5.	Núcleo do tipo	555
2.9.1.6.	Sujeito ativo	562
2.9.1.7.	Sujeito passivo.....	563
2.9.1.8.	Elemento subjetivo.....	566
2.9.1.9.	Consumação	567
2.9.1.10.	Tentativa.....	570
2.9.1.11.	Ação penal.....	572
2.9.1.12.	Lei 9.099/1995.....	574
2.9.1.13.	Classificação doutrinária	574
2.9.1.14.	Competência.....	574
2.9.1.15.	Estelionato e torpeza bilateral (fraude nos negócios ilícitos ou imorais).....	577

2.9.1.16.	Estelionato e jogo de azar.....	578
2.9.1.17.	Estelionato e curandeirismo.....	579
2.9.1.18.	Estelionato e falsidade documental.....	579
2.9.1.19.	Estelionato e Lei de Falências.....	582
2.9.1.20.	Estelionato e crime contra o sistema financeiro nacional.....	583
2.9.1.21.	Estelionato e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	584
2.9.1.22.	Estelionato privilegiado: § 1.º.....	584
2.9.1.23.	Figuras equiparadas ao estelionato: § 2.º.....	585
2.9.1.24.	Causa de aumento da pena: § 3.º.....	602
2.9.2.	Art. 171-A – Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros.....	603
2.9.2.1.	Dispositivo legal.....	603
2.9.2.2.	Introdução.....	604
2.9.2.3.	Objetividade jurídica.....	604
2.9.2.4.	Objeto material.....	604
2.9.2.5.	Núcleos do tipo.....	605
2.9.2.6.	Sujeito ativo.....	606
2.9.2.7.	Sujeito passivo.....	606
2.9.2.8.	Elemento subjetivo.....	606
2.9.2.9.	Consumação.....	606
2.9.2.10.	Tentativa.....	607
2.9.2.11.	Ação penal.....	607
2.9.2.12.	Lei 9.099/1995.....	607
2.9.2.13.	Classificação doutrinária.....	607
2.9.2.14.	Competência.....	607
2.9.3.	Art. 172 – Duplicata simulada.....	609
2.9.3.1.	Dispositivo legal.....	609
2.9.3.2.	Objetividade jurídica.....	609
2.9.3.3.	Objeto material.....	609
2.9.3.4.	Núcleo do tipo.....	609
2.9.3.5.	Sujeito ativo.....	610
2.9.3.6.	Sujeito passivo.....	610
2.9.3.7.	Elemento subjetivo.....	610
2.9.3.8.	Consumação.....	611
2.9.3.9.	Tentativa.....	611
2.9.3.10.	Ação penal.....	611
2.9.3.11.	Classificação doutrinária.....	611
2.9.3.12.	A questão da “triplicata”.....	611
2.9.3.13.	Figura equiparada: parágrafo único.....	612

2.9.4.	Art. 173 – Abuso de incapazes.....	612
2.9.4.1.	Dispositivo legal.....	612
2.9.4.2.	Objetividade jurídica	613
2.9.4.3.	Objeto material.....	613
2.9.4.4.	Núcleos do tipo	613
2.9.4.5.	Sujeito ativo	613
2.9.4.6.	Sujeito passivo.....	613
2.9.4.7.	Elemento subjetivo.....	613
2.9.4.8.	Consumação	613
2.9.4.9.	Tentativa.....	614
2.9.4.10.	Ação penal.....	614
2.9.4.11.	Classificação doutrinária	614
2.9.5.	Art. 174 – Induzimento à especulação.....	614
2.9.5.1.	Dispositivo legal.....	614
2.9.5.2.	Objetividade jurídica	615
2.9.5.3.	Objeto material.....	615
2.9.5.4.	Núcleos do tipo	615
2.9.5.5.	Sujeito ativo	615
2.9.5.6.	Sujeito passivo.....	615
2.9.5.7.	Elemento subjetivo.....	615
2.9.5.8.	Consumação	616
2.9.5.9.	Tentativa.....	616
2.9.5.10.	Ação penal.....	616
2.9.5.11.	Lei 9.099/1995.....	616
2.9.5.12.	Classificação doutrinária	616
2.9.6.	Art. 175 – Fraude no comércio.....	617
2.9.6.1.	Dispositivo legal.....	617
2.9.6.2.	Objetividade jurídica	617
2.9.6.3.	Objeto material.....	618
2.9.6.4.	Núcleo do tipo.....	618
2.9.6.5.	Sujeito ativo	619
2.9.6.6.	Sujeito passivo.....	619
2.9.6.7.	Elemento subjetivo.....	619
2.9.6.8.	Consumação	619
2.9.6.9.	Tentativa.....	619
2.9.6.10.	Ação penal.....	619
2.9.6.11.	Lei 9.099/1995.....	619
2.9.6.12.	Classificação doutrinária.....	619
2.9.6.13.	Forma qualificadora: § 1.º	619
2.9.6.14.	Figura privilegiada: § 2.º.....	620
2.9.6.15.	Competência.....	620

	2.9.6.16.	Fraude no comércio e estelionato: distinção. Possibilidade de ocorrência do crime tipificado pelo art. 273, § 1.º, do Código Penal.....	621
2.9.7.	Art. 176 –	Outras fraudes.....	621
	2.9.7.1.	Dispositivo legal.....	621
	2.9.7.2.	Introdução.....	622
	2.9.7.3.	Objetividade jurídica	622
	2.9.7.4.	Objeto material.....	622
	2.9.7.5.	Núcleos do tipo	622
	2.9.7.6.	Sujeito ativo	624
	2.9.7.7.	Sujeito passivo.....	624
	2.9.7.8.	Elemento subjetivo.....	624
	2.9.7.9.	Consumação	624
	2.9.7.10.	Tentativa.....	624
	2.9.7.11.	Perdão judicial	625
	2.9.7.12.	Ação penal.....	625
	2.9.7.13.	Lei 9.099/1995.....	625
	2.9.7.14.	Classificação doutrinária.....	625
	2.9.7.15.	O tratamento jurídico-penal da pendura	626
2.9.8.	Art. 177 –	Fraude e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	626
	2.9.8.1.	Dispositivo legal.....	626
	2.9.8.2.	Objetividade jurídica	627
	2.9.8.3.	Objeto material.....	627
	2.9.8.4.	Núcleo do tipo	628
	2.9.8.5.	Sujeito ativo	628
	2.9.8.6.	Sujeito passivo.....	628
	2.9.8.7.	Elemento subjetivo.....	628
	2.9.8.8.	Consumação	628
	2.9.8.9.	Tentativa.....	629
	2.9.8.10.	Subsidiariedade expressa.....	629
	2.9.8.11.	Ação penal.....	629
	2.9.8.12.	Lei 9.099/1995.....	629
	2.9.8.13.	Classificação doutrinária.....	629
	2.9.8.14.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	629
	2.9.8.15.	Crime de negociação ilícita de voto: § 2.º	633
	2.9.8.16.	Extinção da punibilidade	633
2.9.9.	Art. 178 –	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	634
	2.9.9.1.	Dispositivo legal.....	634
	2.9.9.2.	Objetividade jurídica	634

2.9.9.3.	Objeto material.....	634
2.9.9.4.	Núcleo do tipo.....	635
2.9.9.5.	Sujeito ativo.....	635
2.9.9.6.	Sujeito passivo.....	636
2.9.9.7.	Elemento subjetivo.....	636
2.9.9.8.	Consumação.....	636
2.9.9.9.	Tentativa.....	636
2.9.9.10.	Ação penal.....	636
2.9.9.11.	Lei 9.099/1995.....	636
2.9.9.12.	Classificação doutrinária.....	636
2.9.10.	Art. 179 – Fraude à execução.....	637
2.9.10.1.	Dispositivo legal.....	637
2.9.10.2.	Objetividade jurídica.....	637
2.9.10.3.	Objeto material.....	637
2.9.10.4.	Núcleo do tipo.....	637
2.9.10.5.	Sujeito ativo.....	638
2.9.10.6.	Sujeito passivo.....	638
2.9.10.7.	Elemento subjetivo.....	638
2.9.10.8.	Consumação.....	639
2.9.10.9.	Tentativa.....	639
2.9.10.10.	Ação penal.....	639
2.9.10.11.	Lei 9.099/1995.....	639
2.9.10.12.	Classificação doutrinária.....	639
2.10.	Da receptação.....	640
2.10.1.	Art. 180 – Receptação.....	640
2.10.1.1.	Dispositivo legal.....	640
2.10.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	641
2.10.1.3.	Pontos comuns a todas as espécies de receptação.....	642
2.10.1.4.	Plano de estudo.....	642
2.10.1.5.	Receptação própria: <i>caput</i> , 1. ^a parte.....	642
2.10.1.6.	Receptação imprópria: <i>caput</i> , parte final.....	655
2.10.1.7.	Receptação qualificada pelo exercício de atividade comercial ou industrial: § 1. ^o	656
2.10.1.8.	Receptação privilegiada: § 5. ^o , parte final.....	662
2.10.1.9.	Receptação culposa: § 3. ^o	663
2.10.1.10.	Figuras especiais.....	666
2.10.1.11.	Código de Trânsito Brasileiro e medidas de prevenção e repressão à prática do crime de receptação... ..	668
2.10.2.	Art. 180-A – Receptação de animal.....	668
2.10.2.1.	Dispositivo legal.....	668

2.10.2.2.	Introdução	668
2.10.2.3.	A desnecessidade da figura típica	669
2.10.2.4.	Objetividade jurídica	669
2.10.2.5.	Objeto material	669
2.10.2.6.	Sujeito ativo	670
2.10.2.7.	Sujeito passivo	671
2.10.2.8.	Elemento subjetivo	671
2.10.2.9.	Lei 9.099/1995	671
2.10.2.10.	Classificação doutrinária	672
2.10.2.11.	Crime contra as relações de consumo	672
2.11.	Disposições gerais	672
2.11.1.	Art. 181 – Imunidades absolutas	673
2.11.1.1.	Dispositivo legal	673
2.11.1.2.	Denominação	673
2.11.1.3.	Natureza jurídica e efeitos	674
2.11.1.4.	Hipóteses legais	674
2.11.1.5.	Observações comuns aos incisos I e II	677
2.11.1.6.	Erro quanto à titularidade do objeto material	677
2.11.2.	Art. 182 – Imunidades relativas	678
2.11.2.1.	Dispositivo legal	678
2.11.2.2.	Denominação	679
2.11.2.3.	Natureza jurídica e efeitos	679
2.11.2.4.	Hipóteses legais	679
2.11.2.5.	Erro quanto à titularidade do objeto material	680
2.11.3.	Art. 183 – Limite de aplicabilidade dos arts. 181 e 182	680
2.11.3.1.	Dispositivo legal	680
2.11.3.2.	Introdução	681
2.11.3.3.	Hipóteses legais	681
2.11.3.4.	Imunidades penais nos crimes contra o patrimônio e Lei Maria da Penha	682
CAPÍTULO 3 – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL ...		685
3.1.	Dos crimes contra a propriedade intelectual	686
3.1.1.	Art. 184 – Violação de direito autoral	686
3.1.1.1.	Dispositivo legal	686
3.1.1.2.	Introdução	687
3.1.1.3.	Objetividade jurídica	688
3.1.1.4.	Objeto material	688
3.1.1.5.	Tipo fundamental ou modalidade simples: art. 184, <i>caput</i>	688
3.1.1.6.	Figuras qualificadas: art. 184, §§ 1.º, 2.º e 3.º ...	691

3.1.1.7.	Exceções ou limitações aos direitos autorais: art. 184, § 4.º, do Código Penal	695
3.1.1.8.	Crimes contra a propriedade intelectual e princípio da adequação social	696
3.1.2.	Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	697
3.1.3.	Art. 186 – Ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual.....	697
3.1.3.1.	Dispositivo legal.....	697
3.1.3.2.	Art. 184, <i>caput</i> , do Código Penal.....	697
3.1.3.3.	Art. 184, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	698
3.1.3.4.	Art. 184, § 3.º, do Código Penal.....	698
3.1.3.5.	Disposições processuais especiais relativas aos crimes contra a propriedade intelectual.....	698
3.2.	Dos crimes contra o privilégio de invenção	702
3.3.	Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio	702
3.4.	Dos crimes de concorrência desleal.....	702

CAPÍTULO 4 - DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

		703
4.1.	Introdução.....	703
4.2.	Fundamento constitucional.....	704
4.3.	Competência	704
4.4.	Art. 197 – Atentado contra a liberdade de trabalho.....	705
4.4.1.	Dispositivo legal.....	705
4.4.2.	Objetividade jurídica.....	706
4.4.3.	Objeto material	706
4.4.4.	Núcleo do tipo	706
4.4.4.1.	Exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria: inciso I, 1.ª parte.....	707
4.4.4.2.	Trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: inciso I, 2.ª parte.....	707
4.4.4.3.	Abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho: inciso II, 1.ª parte.....	707
4.4.4.4.	Participar de greve ou paralisação de atividade econômica: inciso II, 2.ª parte	707
4.4.5.	Sujeito ativo	708
4.4.6.	Sujeito passivo.....	708
4.4.7.	Elemento subjetivo	708
4.4.8.	Consumação	708
4.4.9.	Tentativa	709
4.4.10.	Ação penal	709
4.4.11.	Lei 9.099/1995.....	709

4.4.12.	Concurso material obrigatório.....	709
4.4.13.	Classificação doutrinária.....	709
4.5.	Art. 198 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	709
4.5.1.	Dispositivo legal.....	709
4.5.2.	Introdução.....	710
4.5.3.	Objetividade jurídica.....	710
4.5.4.	Objeto material.....	710
4.5.5.	Núcleo do tipo.....	710
4.5.5.1.	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho: 1. ^a parte.....	710
4.5.5.2.	Boicotagem violenta: 2. ^a parte.....	711
4.5.6.	Sujeito ativo.....	711
4.5.7.	Sujeito passivo.....	711
4.5.8.	Elemento subjetivo.....	712
4.5.9.	Consumação.....	712
4.5.10.	Tentativa.....	712
4.5.11.	Ação penal.....	712
4.5.12.	Lei 9.099/1995.....	712
4.5.13.	Concurso material obrigatório.....	712
4.5.14.	Classificação doutrinária.....	712
4.6.	Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação.....	713
4.6.1.	Dispositivo legal.....	713
4.6.2.	Objetividade jurídica.....	713
4.6.3.	Objeto material.....	713
4.6.4.	Núcleo do tipo.....	714
4.6.5.	Sujeito ativo.....	714
4.6.6.	Sujeito passivo.....	714
4.6.7.	Elemento subjetivo.....	715
4.6.8.	Consumação.....	715
4.6.9.	Tentativa.....	715
4.6.10.	Ação penal.....	715
4.6.11.	Lei 9.099/1995.....	715
4.6.12.	Concurso material obrigatório.....	715
4.6.13.	Classificação doutrinária.....	715
4.7.	Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	716
4.7.1.	Dispositivo legal.....	716
4.7.2.	Objetividade jurídica.....	716
4.7.3.	Objeto material.....	716
4.7.4.	Núcleo do tipo.....	716

4.7.5.	Sujeito ativo	717
4.7.6.	Sujeito passivo.....	717
4.7.7.	Elemento subjetivo.....	718
4.7.8.	Consumação	718
4.7.9.	Tentativa	718
4.7.10.	Ação penal.....	718
4.7.11.	Lei 9.099/1995.....	718
4.7.12.	Concurso material obrigatório.....	718
4.7.13.	Competência.....	718
4.7.14.	Classificação doutrinária	718
4.8.	Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....	719
4.8.1.	Dispositivo legal.....	719
4.8.2.	Introdução.....	719
4.8.3.	Objetividade jurídica.....	720
4.8.4.	Objeto material	720
4.8.5.	Núcleo do tipo	720
4.8.6.	Sujeito ativo	720
4.8.7.	Sujeito passivo.....	721
4.8.8.	Elemento subjetivo	721
4.8.9.	Consumação	721
4.8.10.	Tentativa	721
4.8.11.	Ação penal.....	721
4.8.12.	Lei 9.099/1995.....	721
4.8.13.	Competência.....	721
4.8.14.	Classificação doutrinária	721
4.9.	Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....	722
4.9.1.	Dispositivo legal.....	722
4.9.2.	Introdução.....	722
4.9.2.1.	Invasão de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola: art. 202, 1. ^a parte.....	722
4.9.2.2.	Sabotagem: art. 202, parte final.....	723
4.9.3.	Disposições comuns aos crimes previstos no art. 202 do Código Penal	724
4.9.3.1.	Sujeito ativo	724
4.9.3.2.	Sujeito passivo	724
4.9.3.3.	Elemento subjetivo.....	724
4.9.3.4.	Tentativa.....	724
4.9.3.5.	Ação penal.....	724
4.9.3.6.	Lei 9.099/1995.....	724
4.9.4.	Classificação doutrinária	725

4.10.	Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	725
4.10.1.	Dispositivo legal.....	725
4.10.2.	Introdução.....	726
4.10.3.	Objetividade jurídica.....	726
4.10.4.	Objeto material	726
4.10.5.	Núcleo do tipo	726
4.10.6.	Sujeito ativo	726
4.10.7.	Sujeito passivo.....	726
4.10.8.	Elemento subjetivo.....	726
4.10.9.	Consumação	726
4.10.10.	Tentativa	727
4.10.11.	Ação penal	727
4.10.12.	Lei 9.099/1995.....	727
4.10.13.	Concurso material obrigatório.....	727
4.10.14.	Classificação doutrinária	727
4.10.15.	Competência.....	727
4.10.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	727
4.10.16.1.	Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida (inciso I).....	727
4.10.16.2.	Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (inciso II)	728
4.10.17.	Causas de aumento da pena: § 2.º.....	728
4.10.18.	Competência.....	730
4.11.	Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	730
4.11.1.	Dispositivo legal.....	730
4.11.2.	Introdução.....	730
4.11.3.	Objetividade jurídica.....	731
4.11.4.	Objeto material	731
4.11.5.	Núcleo do tipo	731
4.11.6.	Sujeito ativo	731
4.11.7.	Sujeito passivo.....	731
4.11.8.	Elemento subjetivo	731
4.11.9.	Consumação	732
4.11.10.	Tentativa	732
4.11.11.	Ação penal	732
4.11.12.	Lei 9.099/1995.....	732
4.11.13.	Concurso material obrigatório.....	732
4.11.14.	Competência	732

4.11.15.	Classificação doutrinária	732
4.12.	Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	733
4.12.1.	Dispositivo legal.....	733
4.12.2.	Objetividade jurídica.....	733
4.12.3.	Objeto material	733
4.12.4.	Núcleo do tipo	733
4.12.5.	Sujeito ativo	734
4.12.6.	Sujeito passivo.....	734
4.12.7.	Elemento subjetivo	734
4.12.8.	Consumação	734
4.12.9.	Tentativa	734
4.12.10.	Ação penal	734
4.12.11.	Lei 9.099/1995.....	734
4.12.12.	Competência.....	735
4.12.13.	Classificação doutrinária	735
4.13.	Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....	735
4.13.1.	Dispositivo legal.....	735
4.13.2.	Objetividade jurídica.....	735
4.13.3.	Objeto material	736
4.13.4.	Núcleo do tipo	736
4.13.5.	Sujeito ativo	736
4.13.6.	Sujeito passivo.....	736
4.13.7.	Elemento subjetivo	736
4.13.8.	Consumação	736
4.13.9.	Tentativa	736
4.13.10.	Ação penal	736
4.13.11.	Lei 9.099/1995.....	736
4.13.12.	Competência.....	737
4.13.13.	Classificação doutrinária	737
4.14.	Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	737
4.14.1.	Dispositivo legal.....	737
4.14.2.	Introdução.....	738
4.14.3.	Objetividade jurídica.....	738
4.14.4.	Objeto material	738
4.14.5.	Núcleo do tipo	738
4.14.6.	Sujeito ativo	738
4.14.7.	Sujeito passivo.....	738
4.14.8.	Elemento subjetivo	739
4.14.9.	Consumação	739

4.14.10. Tentativa	739
4.14.11. Ação penal	739
4.14.12. Lei 9.099/1995	739
4.14.13. Competência	739
4.14.14. Classificação doutrinária	739
4.14.15. Figura equiparada: art. 207, § 1.º	739
4.14.16. Causa de aumento de pena: § 2.º	740

CAPÍTULO 5 – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	741
5.1. Dos crimes contra o sentimento religioso	741
5.1.1. Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	742
5.1.1.1. Dispositivo legal	742
5.1.1.2. Objetividade jurídica	742
5.1.1.3. Objeto material	742
5.1.1.4. Núcleos do tipo	743
5.1.1.5. Sujeito ativo	745
5.1.1.6. Sujeito passivo	745
5.1.1.7. Elemento subjetivo	745
5.1.1.8. Consumação e tentativa	745
5.1.1.9. Causa de aumento da pena: parágrafo único ...	745
5.1.1.10. Ação penal	746
5.1.1.11. Lei 9.099/1995	746
5.1.1.12. Classificação doutrinária	746
5.2. Dos crimes contra o respeito aos mortos	746
5.2.1. Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	747
5.2.1.1. Dispositivo legal	747
5.2.1.2. Objetividade jurídica	747
5.2.1.3. Objeto material	747
5.2.1.4. Núcleos do tipo	748
5.2.1.5. Sujeito ativo	748
5.2.1.6. Sujeito passivo	748
5.2.1.7. Elemento subjetivo	748
5.2.1.8. Consumação	748
5.2.1.9. Tentativa	748
5.2.1.10. Causa de aumento da pena: parágrafo único ...	748
5.2.1.11. Ação penal	749
5.2.1.12. Lei 9.099/1995	749
5.2.1.13. Classificação doutrinária	749

5.2.2.	Art. 210 – Violação de sepultura	749
5.2.2.1.	Dispositivo legal.....	749
5.2.2.2.	Objetividade jurídica	750
5.2.2.3.	Objeto material	750
5.2.2.4.	Núcleos do tipo	750
5.2.2.5.	Sujeito ativo	750
5.2.2.6.	Sujeito passivo.....	750
5.2.2.7.	Elemento subjetivo	751
5.2.2.8.	Consumação	751
5.2.2.9.	Tentativa	751
5.2.2.10.	Ação penal	751
5.2.2.11.	Lei 9.099/1995.....	751
5.2.2.12.	Exclusão da ilicitude	751
5.2.2.13.	Classificação doutrinária	752
5.2.3.	Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver....	752
5.2.3.1.	Dispositivo legal.....	752
5.2.3.2.	Objetividade jurídica	752
5.2.3.3.	Objeto material	752
5.2.3.4.	Núcleos do tipo	753
5.2.3.5.	Sujeito ativo	754
5.2.3.6.	Sujeito passivo.....	754
5.2.3.7.	Elemento subjetivo	754
5.2.3.8.	Consumação	754
5.2.3.9.	Tentativa	755
5.2.3.10.	Ação penal	755
5.2.3.11.	Lei 9.099/1995.....	755
5.2.3.12.	Distinções.....	755
5.2.3.13.	Art. 211 do Código Penal e autodefesa	756
5.2.3.14.	Classificação doutrinária	756
5.2.4.	Art. 212 – Vilipêndio a cadáver	757
5.2.4.1.	Dispositivo legal.....	757
5.2.4.2.	Objetividade jurídica	757
5.2.4.3.	Objeto material	757
5.2.4.4.	Núcleo do tipo	757
5.2.4.5.	Sujeito ativo	758
5.2.4.6.	Sujeito passivo.....	758
5.2.4.7.	Elemento subjetivo	758
5.2.4.8.	Consumação	758
5.2.4.9.	Tentativa	758
5.2.4.10.	Ação penal	758

5.2.4.11.	Lei 9.099/1995.....	758
5.2.4.12.	A questão do consentimento	758
5.2.4.13.	Classificação doutrinária	758
BIBLIOGRAFIA	759